

ORGANIZAÇÃO DEFENSIVA NA FRONTEIRA BEIRÃ ORIENTAL: "EXTREMATURA" E RIBA CÔA ATÉ AO SÉCULO XIII

por **Pedro Gomes Barbosa** *

O tema que aqui me proponho tratar é o da defesa da extrema fronteira beirã entre o Douro e o Sistema Montanhoso Central, e a organização das milícias concelhias de fronteira no período da chamada "Reconquista", exclusivamente no âmbito da sua organização militar. Por isso não referirei, ou fá-lo-ei de forma muito abreviada, a organização económica e social destas comunidades, assim como o seu estatuto jurídico e as suas ligações com o poder régio ou senhorial. São aspectos de extrema importância para podermos compreender o funcionamento destes homens de fronteira, mas que iriam alongar bastante a comunicação. Para além do mais, estes temas foram já tratados de uma forma bastante completa por vários historiadores, referidos na bibliografia final.

É evidente que, quando estudamos estes grupos, teremos que ter em mente que o seu tratamento como um todo, seja cronológica seja espacialmente, levará necessariamente a generalizações abusivas. Mas penso que há constantes na actuação dessas comunidades que permitirão traçar um quadro geral da sua actividade guerreira, independentemente dos objectivos específicos de cada uma delas. Na realidade, não poderemos tratar, numa malha apertada, comunidades cuja actividade principal, do ponto de vista económico, e a base da sua organização social e de poder no seu seio, seja condicionada pela actividade guerreira (mesmo referindo-nos a uma elite), mas que necessariamente tem que fazer depender dessa actividade todo um vasto conjunto que são os restantes habitantes do alfoz (e estou-me a

* Universidade de Lisboa.

referir, por exemplo, às comunidades da Beira Interior como a de Alfaiates, Castelo Rodrigo ou Castelo Bom), e aquelas outras comunidades de fronteira, sobretudo as das planícies do litoral e das bacias dos grandes rios, onde esta actividade é subsidiária da económica ou, pelo menos, não condiciona de forma definitiva todas as outras. Isto, sem prejuízo de nestas últimas se terem desenvolvido aristocracias concelhias cuja fonte mais antiga de poder se baseava no uso das armas. Mas onde a riqueza do solo, as possibilidades comerciais e outras atraíam um número considerável de indivíduos que não eram necessariamente mobilizados para as actividades guerreiras. Temos ainda que distinguir os bandos que actuavam sob a direcção de caudilhos de fronteira, estivessem eles sitiados no interior do "limes" ou naquela faixa não sujeita a nenhuma das formações em confronto. O exemplo mais conhecido, para o território português, será o de Geraldo Sem Pavor. Mas, do ponto de vista da organização militar e no "fazer a guerra", haveria diferenças tão marcadas? É o que estou a tentar compreender.

A resposta aos mesmos estímulos de agressão e necessidade económica, por parte das comunidades de fronteira, quaisquer que elas fossem, deve ter dado origem a formas comuns que, aliás, não seriam totalmente originais, mas que são espontâneas a comunidades desse tipo. O que poderá variar, dentro de um esquema lato, são as motivações permanentes ou temporárias, o tipo de armamento, mais ou menos completo e sofisticado, dependendo do grau de riqueza e profissionalização dos grupos guerreiros, a adaptação desses esquemas à topografia do terreno ou dos terrenos onde se desenrolam as acções e o inimigo que se lhes opõe, que pode ou não contribuir para uma adaptação do esquema táctico tradicional ou adopção de novo ou diferente armamento.

É evidente que o relacionamento entre as comunidades fronteiriças que se situam no interior do "limes", e o poder instituído, seja o rei ou um qualquer senhor, é diferente daquele que existe entre estes e as comunidades de caudilhos das "terras desertas" (aqui, no sentido de territórios não dominados por qualquer das formações em confronto). Naquelas, o apoio e mesmo a concertação de acções é, de certa forma, permanente, e esses homens funcionam semelhantemente às antigas guarnições dos *limitanei*, guardadas as devidas proporções. Nestas, o apoio tem que ser permanentemente concertado, podendo ser quebrado, de parte e de outra, sem aviso prévio. É uma aliança de pura conveniência conjuntural. A procura de uma autonomia, ou mesmo, talvez, de uma independência, por parte dos senhores da guerra, nessa terra não controlada, pode ser factor de perigo ou de obstáculo à expansão territorial sempre procurada, seja por parte dos

monarcas cristãos, seja por parte dos emires ou dos califas. Porque esses homens que aí se estabelecem não têm, à partida, fidelidades de tipo religioso ou outro.

Quando as fronteiras se tornam móveis, a iniciativa dos indivíduos e dos grupos aumenta, e desenvolve-se um espírito empreendedor e combativo. Isto pode ser observado quando se apresenta a possibilidade de uma revisão do confim entre Estados, ou quando o aparecimento de uma nova situação jurídica ou cultural desencadeia uma luta sobre a fronteira linguística (confim étnico) anteriormente consolidada¹. Essa mobilidade do confim pode ser desencadeada tanto pelos detentores do poder político, numa acção programada e que geralmente leva a uma dilatação maior dessas fronteiras, quanto pela iniciativa das populações raianas, que alternam momentos de contactos e trocas com expressões de agressividade em relação às comunidades vizinhas. Esta agressividade pode revestir-se de um carácter momentâneo de obtenção de bens por pilhagem, devido a carência ou a cobiça, ou de um carácter mais permanente de ocupação de espaços, seja para encontrar um novo nicho ecológico para colocar o excedente demográfico, seja para obter terras não esgotadas ou mais férteis.

De qualquer forma, existe outro conceito que terá que ser aqui introduzido: o de "fronteira segura". Isto é, o de uma faixa bem defendida e organizada do ponto de vista social, económico e de exercício de poder, e pelo menos em teoria, a salvo de qualquer investida. Com essa protecção de rectaguarda seria mais fácil às comunidades pensar em movimentos expansionistas.

Por vezes utilizamos acidentes geográficos para marcar, em certos momentos da história da luta entre o Islão e a Cristandade, a linha divisória entre os contendores. Se as fronteiras geográficas mais conhecidas são aquelas que se relacionam com as grandes bacias hidrográficas, a que associamos, no caso do Mondego-Alva, o Sistema Montanhoso Central, temos que ter em conta outras menos estudadas no contexto da actividade guerreira e de defesa de fronteira: os sistemas norte-sul, de entre os quais um dos mais importantes será o que desenvolve em torno da linha do Côa.

Lê-se no foral de Tavares, de 1112²: "Et ego comite Anrricus et infans Tharasia... regnantes in Portugal et in Strematura, Colimbria, Viseo et Sena..." Partamos desta indicação. Sabendo que o Condado

¹ Benedikt Zientara. "Fronteira" em *Estado-Guerra*, vol. 14 da *Enciclopédia Einaudi*, Lisboa, 1989, pág. 312.

² Benedikt Zientara. "Fronteira" em *Estado-Guerra*, vol. 14 da *Enciclopédia Einaudi*, Lisboa, 1989, pág. 312.

Portugalense foi constituído pela junção de dois antigos Condados perfeitamente individualizados, o de Portucale e o de Coimbra, poderia estranhar-se que o primeiro destes territórios tenha sido referido como uma unidade, enquanto que o segundo, o de Coimbra, tenha sido fragmentado em quatro sub-regiões. Tal não nos admirará se tivermos em conta alguns factos importantes:

O antigo território de Portucale estava limitado a norte pelo território da Galiza, a sul pelo de Coimbra, e a leste por Leão, sendo aí Zamora a principal praça-forte. Quanto ao território do antigo condado de Coimbra, a estabilidade militar não era tão evidente, e a segurança era permanentemente questionada. Coimbra e o território que controlava, ultrapassando o Mondego e chegando à fortaleza de Soure, eram a chave para impedir qualquer tentativa de agressão vinda do sul, utilizando a velha estrada romana que a ligava ao vale do Tejo, e a Lisboa, ou por via marítima, pela foz do rio, como parece ter acontecido aquando do ataque almorávida de 1116³. A leste desta zona, a terra de Seia, que controlava um território compreendido entre a margem sul do curso do médio e alto Mondego até ao Maciço Central, estruturando-se, em boa parte, à volta da bacia do Alva. Para além de Seia, o centro defensivo (e recorde que estou a fazer uma análise do ponto de vista estritamente militar), compreendia, entre outras defesas de menor importância, Góis, Arganil, Coja, Avô, S. Romão, Gouveia e Linhares, ficando Celorico numa posição charneira entre a região de Seia e a "Extremadura" (empregamos o termo latino para a distinguir da Estremadura espanhola). Esta "região militar" tinha como função principal, para além da protecção das terras de Viseu em relação a investidas vindas da zona ocidental, seja por ultrapassagem do dispositivo coimbrão, seja pelo avanço através da beira-serra, rumo ao Alva (ver mapa), nos passos defendidos por Miranda e Arouce-Lousã, a de proteger o território cristão de investidas feitas a partir do Maciço Central. O foral de Seia, de 1136⁴, é claro: "Et de Mondego usque in hermeno qui inuenerit mauro aut caualo..." É possível que "mauro" não se refira exclusivamente ao muçulmano, mas também àqueles que não se encontravam no interior do espaço cristão. O terceiro pólo é Viseu. Não iremos aqui discutir a importância estratégica da cidade e da região, "capital" de Ramiro II

³ Pedro Gomes Barbosa. "Leiria e a Defesa dos Campos de Coimbra" em *Documentos. Lugares e Homens*. Lisboa. 1991. esp. págs. 21-23.

⁴ DMP-DR, n.º 152.

antes de este assumir a coroa de Leão, lugar de onde saíu Ordonho II para cercar Évora, e importante nó viário desde o período romano⁵.

Finalmente, a Extremadura, que pode ser considerada como desempenhando o papel de "marca" militar, protegendo o território das investidas muçulmanas que se faziam a partir da região imediatamente a leste, ou daquela outra, mais a sul, e de que Cáceres seria o principal ponto de apoio. Na realidade, era uma zona que marcava o limite com a meseta espanhola. Limite defensável, entenda-se. Podemos dizer que o verdadeiro limite era feito a leste do rio Águeda, onde encontramos uma importante via romana, a "dalmácia", que ligava Cáceres a Salamanca (e a Zamora), passando por Ciudad Rodrigo⁶. Mas era esta uma região instável, submetida a inúmeras investidas muçulmanas que procuravam atingir o coração do reino leonês. Com a conquista de Toledo, em 1085, integrou-se no território cristão uma extensa faixa de terreno compreendida entre o rio Douro e a Cordilheira Central, onde estava incluída Salamanca e Ciudad Rodrigo. Mas apenas quinze anos depois Afonso VI mandou guarnecer e povoar esta cidade, que viria a ser devastada no reinado seguinte. Só no reinado de Fernando II (1157-1188) poderemos considerar esta zona como totalmente pacificada. Por isso não é de estranhar que a ocidente do Côa se tenha estabelecido, talvez desde o século IX, mas de certeza no século X, uma fronteira fortemente militarizada. Ela está expressa num documento de 960⁷. Ali aparecem designados um conjunto coerente de fortalezas, do ponto de vista da estratégia de defesa, e um número não especificado de sistemas secundários, designados vagamente por "penelas" e "populaturas". O facto de estarem nas mãos de um senhor, no caso, D. Flâmula (D. Chamoá ou D. Chama), sobrinha de Mumadona, mostra, pensamos, a preocupação de uma unidade de defesa e de coerência de articulação, que não deveria ser destruída pela repartição dessas terras e fortalezas por mais do que um senhor. O mesmo poderemos encontrar, em época mais recente, para a região de Riba Côa. Em Agosto de 1297, o ano de Alcanices, Fernando IV recebe de D. Margarida e do seu marido D. Sancho, por escambo, as vilas e castelos do Sabugal, Alfaiates, Castelo Bom, Almeida, Castelo Rodrigo, Castelo Melhor e Monforte⁸. Nesta altura, a coerência defensiva da região de Riba Côa tinha que ver, associada a Ciudad

⁵ Pedro Gomes Barbosa, "Mouros e Cristãos no Século X" em *Lisboa. O Tejo, a Terra e o Mar*, Lisboa, 1995, págs. 79-97.

⁶ Angel Bernal Estevez, *Ciudad Rodrigo en la Edad Media*, Salamanca, 1981.

⁷ PMH-DC, n.º 96.

⁸ "Livro de Extras", fol. 179.

Rodrigo, com os conflitos fronteiriços e de interferência política que tinham como segundo actor o reino de Portugal.

A defesa da Extremadura, tal como a podemos detectar tanto por estudos de terreno quanto pela análise do documento já citado de 960, desenvolvia-se em duas linhas grosseiramente paralelas. Uma primeira, mais forte, situava-se a oriente, junto ao Côa, mas preferindo o controle da via romana à ocupação das margens desse rio, com a possível excepção de Castelo Mendo. Os seus pontos principais eram, de norte para sul, Numão, Longroiva, Marialva, Moreira de Rei, Trancoso, Tavares e Celorico (onde entroncava com o sistema de Seia, como já vimos). Numa defesa recuada, uma outra linha que se iniciava em S. João da Pesqueira, continuando por Penedono, Sernancelhe e Aguiar da Beira. Isto, evidentemente, numa descrição muito sumária, e não contando com um conjunto de torres, atalhas e fortificações menos importante que, ou ainda existem, ou perduraram na toponímia. Mas não foi nosso propósito apresentar aqui um inventário.

A leste ficava, como referimos, a terra de Riba Côa, também ela com um sistema coerente de fortificações que se estendia de Castelo Melhor ao Sabugal. Ligando essas fortificações, povoações que coroam os cabeços, algumas de dimensões razoáveis, como Vilar Maior, outros apenas pequenos aglomerados. O povoamento desses cabeços data já da Protohistória, como o demonstram vestígios aí encontrados, e de que poderemos indicar, a título de exemplo, as espadas da idade do Bronze encontradas em Vilar Maior e em Castelo Bom, actualmente no Museu da Guarda. Não defendemos, evidentemente, uma continuidade de ocupação desses cabeços, ininterruptamente, desde esses tempos recuados. E isso, por falta de provas arqueológicas visto não ter sido ainda feita nenhuma campanha nesses lugares. O que queremos dizer é que as comunidades, regra geral, respondem de forma semelhante aos mesmos estímulos. Nos tempos protohistóricos estaremos em presença de povoações fortificadas, com as suas chefaturas e grupos de guerreiros, vivendo essencialmente da pastorícia e do latrocinio, e cujos aglomerados estão colocados em pontos estratégicos de onde podem facilmente dominar passagens de transumância, pastagens e linhas de água. O mesmo acontece durante a Idade Média, até aos finais do século XII, pelo menos. Por ser de fácil defesa, e bem marcadas as suas fronteiras, com o Douro a norte, o Côa a oeste e, em parte, a sul (completando-se aqui com a montanha), e o Águeda e ribeira de Tourões a leste, a região conseguiu manter uma certa autonomia, criar laços fortes de solidariedade, e continuar a exercer a sua actividade económica e guerreira. Vejamos então, brevemente, porque o tempo não permite que nos alonguemos,

o que poderemos saber, do ponto de vista da história militar, e exclusivamente sobre este ponto de vista, da organização bélica destas comunidades de fronteira que ocuparam a terra de Riba Côa, utilizando para isso o conjunto de foros longos dessa região. José Mattoso⁹ notou que, nesses documentos, podemos perceber uma organização interna coerente, e com instituições de tipo primitivas, o que nos leva a admitir a antiguidade dessas comunidades. Podemos dizer que estamos em presença de grupos em que o poder se concentra na mão de uma aristocracia de guerreiros que, vivendo da guerra e da pilhagem, são igualmente senhores da maior parte da riqueza, seja ela em terras ou, o que é mais importante nesta zona, em gado. Mas o exercício activo destas actividades económicas está nas mãos de um grupo inferior socialmente, os peões, ou mesmo dos aportelados. A actividade guerreira, vista como a de maior prestígio e a que poderia trazer mais riqueza a curto prazo, encontra-se, por isso, bem definida, tentando os costumes dessas terras prever a regulação de conflitos e equilibrar tensões, não permitindo que qualquer bando ou conjunto de bandos guerreiros, por qualquer motivo, se sobreponha aos demais. O cuidado na regulamentação da distribuição de despojos é disso exemplo.

José Mattoso nota ainda que "a obrigação de participar em expedições parece ser absolutamente geral e não admitir escusas. Assim, parece aqui verificar-se de novo a tendência para uma equiparação de todos os cavaleiros adultos entre si, sem favorecer agrupamentos etários nem atribuir privilégios especiais aos membros de determinadas famílias"¹⁰. É evidente que esta igualdade se verifica entre os cavaleiros da vila sede do território, e não em relação aos cavaleiros aldeãos, os quais estão em condição claramente inferior aos primeiros. Na realidade, os foros de Alfaiates determinam que todo o homem que tiver loriga e lorigão, escudo e lança, capelo de ferro e espada, pode levar com ele quatro peões da vila ou de uma aldeia, ou dois cavaleiros aldeãos. Estes últimos são aqueles que possuem um mínimo de riqueza avaliada em trezentos morabitanos. Ou seja, o que aqui verificamos é a possibilidade de os bandos de cavaleiros vilãos poderem agregar a si um conjunto de tropas secundárias, contribuindo com isso para a execução de tarefas militares de apoio. Mas, se conjugarmos a informação acima referida sobre o armamento que deve ter o cavaleiro vilão para poder levar uma companhia de infantaria ou dois cavaleiros aldeãos, com a que nos informa sobre a

⁹ "Da Comunidade Primitiva ao Município. O Exemplo de Alfaiates" em *Fragmentos de uma Composição Medieval*, Lisboa, 1987, pág. 40.

¹⁰ Estudo citado na nota anterior.

parte do saque que deve ter o cavaleiro segundo o seu armamento, poderemos admitir, como hipótese a comprovar, que haveria uma certa diferenciação no seio dos cavaleiros. A que se deve esta diferenciação? Os textos não nos informam, mas é lícito supormos que essa diferença não deveria existir entre os diversos bandos, já que tal facto provocaria um desequilíbrio no seio dessa sociedade de fronteira, que a regulamentação procura evitar. Poderemos estar, por isso, perante distinções etárias, se admitirmos que o armamento era completado por compra (o que implicava riqueza, não só em terras e gado, mas igualmente, e talvez sobretudo, de despojos de guerra) ou por saque ao inimigo, estando esse facto dependente, em grande parte, do número de campanhas em que se tinha participado.

No que diz respeito à organização militar, propriamente dita, encontramos três funções cometidas a estes homens, que metodologicamente poderemos separar, embora sejam solidárias entre si: a defesa estática, a defesa móvel e a agressão.

O primeiro desses casos estava centrado numa rede coerente de fortificações de vários tipos, guarnecidas por tropas vilãs, para a região estudada. As fortalezas seriam basicamente de dois tipos: castelos ou, antes, acastelamentos, em locais onde facilmente se poderia controlar as vias e as passagens, junto dos quais se desenvolveriam pequenos "vici"; e os "castra", basicamente centros urbanos fortificados onde se albergava o grupo de guerreiros vilãos profissionais e a população que trabalhava o espaço envolvente.

Se o homem, na sua acção ofensiva, é o elemento mais importante na fase de expansão, a defesa estática é a condição fundamental para fixar a população, proporcionar a defesa da terra adquirida e servir de base a futuras incursões.

Mas os sistemas defensivos não se limitavam aos castelos, isolados ou não, e aos castros. Outros aparelhos espalhavam-se pelo território, num sistema coerente de defesa. São as torres e as atalaias ou esculcas, designadas por Gutiérrez González¹¹ como "pontos de controle e defesa das vias". Estes seriam os tipos de fortificação mais difundidos.

As atalaias tinham como função avistar e avisar. Se a sua localização no terreno não nos é sempre conhecida, parecem estar geralmente junto aos locais de passagem, sejam vias, pontes ou portos secos, e também à volta das fortificações principais, constituindo a sua primeira linha de alerta. Eram, necessariamente, estruturas mais frágeis, mas integradas numa rede mais densa, já que teriam que estar

¹¹ *Fortificaciones y Feudalismo en el Origen y Formación del Reino Leonés (sigos IX-XIII)*. Valladolid. 1995, pág. 69.

permanentemente em contacto visual com outras atalaias, ou com as torres intermédias que, nesse caso, cumpririam igualmente a função de alerta. Mas podemos presumir que alguns desses locais não tivessem qualquer estrutura defensiva, sendo apenas postos de observação em zonas elevadas. A função de vigia poderia ser exercida por qualquer membro da comunidade, mas verificamos, por exemplo, pelos foros de Castelo Rodrigo ou de Alfaiates, a existência de especialistas desta função, os atalaeiros ou talaeiros.

A defesa móvel, outro dos pilares da organização militar, teria a mesma estrutura organizativa do sistema de agressão, e distinguia-se dela pelo facto de o teatro de operações se desenrolar no interior do alfoz em perigo.

Todo este sistema de castelos, castros, torres e atalaias, se tinha um carácter eminentemente defensivo e ordenador do espaço conquistado, era também, em boa medida, parte integrante do apoio a acções de defesa móvel e de agressão. As acções ofensivas, sob a forma de presúrias, fossados e algaras, foram as principais formas de conflito e agressão entre os dois sistemas. A sua intensidade e extensão variava com as condições de penetração em território hostil, bem como com os objectivos a atingir e os meios empregues. Se os termos presúria, fossado e algar englobam a totalidade das acções ofensivas de um e de outro lado, parece-nos que, por uma questão meramente metodológica, deveremos fazer uma distinção entre os vários movimentos de penetração em zona inimiga, que à partida não suporiam ocupação de território. Encontramos, na documentação consultada, vários designativos que poderão corresponder, pelo menos na maior parte dos casos, a acções diferentes: fossado, azaria, almofala, algar e rafala. Os termos "cavalgada" e "companha", por vezes empregues na acepção de expedições militares, podem designar a organização interna dos grupos, o mesmo sucedendo como o termo "bando". Este último pode designar parte de um contingente, uma subdivisão provavelmente baseada em laços de solidariedade e/ou familiares, mas pode referir-se igualmente, sem que haja contradição com o que foi anteriormente dito, a um grupo de homens que actuavam por si, mesmo em situações exteriores às expedições organizadas pelo concelho. Essas expedições, por conta e risco, não seriam cobertas, em termos de compensação por perda de arma ou cavalo, ou mesmo em caso de ferimento, pelo concelho. Quanto a cavalgada e companha, poderiam, e isto é apenas uma hipótese, referir-se a um grupo de cavaleiros, o primeiro, e a um grupo misto, o segundo.

As agressões mais frequentes, por parte das populações fronteiriças, são feitas sob a forma de fossados e algaras, que são as suas principais ocupações bélicas. Na realidade, era através dessas

acções que retiravam uma parte importante, se não a mais importante, dos seus proventos.

Essas campanhas depredatórias, assim como as de maior envergadura, tinham lugar em determinadas épocas do ano, seguindo um padrão preciso, que só chefes militares brilhantes, como um Geraldo Sem Pavor, para o século XII, se atreveram a desprezar. São por isso campanhas sazonais, normais em grupos que, se por um lado tinham que ter em conta as condições de rápida mobilidade no terreno, impedida pelas chuvas e pelas lamas do final do Outono aos inícios da Primavera, tinham, por outro lado, todo o interesse em atacar em períodos em que as colheitas já estavam feitas, ou pelo menos em que as searas já estivessem maduras, sendo fácil a sua destruição.

Em que é que se distinguia o fossado da algará? Ou, melhor: seria a algará, por vezes, uma das componentes do fossado? Explicando de outro modo. Pensamos que a algará corresponderia, em alguns casos, às cavalgadas que corpos de ginetes faziam a partir do acampamento estabelecido em terra inimiga (que caracterizava o fossado), e que servia de base de operações temporárias e recolha de saque. O equivalente às "almofalas" muçulmanas, termo que é empregue, igualmente, nos foros da região do Côa, provavelmente com o significado de fossado. É evidente que estas algarás, entendidas como expedições realizadas unicamente por cavaleiros, podiam ser feitas independentemente do fossado, como correrias em território inimigo.

Sendo o fossado das comunidades ou dos nobres raianos uma expedição organizada, tenderia a ter a mesma estrutura, em ponto reduzido, que o dos exércitos que entravam em território inimigo. Estes eram compostos por uma vanguarda de almocademes e almogávares, comandados pelo adaíl ou pelos adaís; o corpo central, onde se incluíam o trem de bagagens e os não combatentes; e a azaga, ou corpo de rectaguarda. Esta era um dos principais pilares do exército em movimento, a par com o corpo de batedores, que não se posicionavam apenas à frente da coluna, mas de ambos os lados, de modo a alertar os flancos em relação a qualquer ataque. Estando mais exposta a embuscadas inimigas, a "zaga" tinha de ser constituída pelos melhores e mais aguerridos cavaleiros, sobretudo quando se retirava do território inimigo.

Se a mobilidade e a rapidez eram importantes nestas expedições, a recolha e o transporte do saque, para além da construção das defesas efémeras, exigiam a presença de peões, no sentido mais lato do termo. Pensamos que no caso das expedições mistas, a actuação da cavalaria vilã, ligeiramente armada ou não, teria três momentos principais: o primeiro, como força de ataque às posições adversárias,

destruindo o que podiam e aterrorizando o inimigo; o segundo, de protecção do saque e montagem dos sistemas de segurança, com o fim de evitar a resposta das forças inimigas; o terceiro e último, de escolta e protecção do comboio de animais e carroças, se existente. De qualquer forma, a velocidade era um factor vital, pelo que não nos repugnaria que os peões se deslocassem no dorso de animais, fossem eles cavalos não adestrados para a guerra, mulas ou outro tipo de transporte. Era a solução da infantaria montada, que sabemos utilizada pelos muçulmanos.

Um aspecto que interessa investigar com profundidade é o do armamento utilizado por cada um desses corpos de exército, e nas duas formações em confronto. Os levantamentos que fizemos, na documentação e na iconografia, que nos permite ter um inventário não negligenciável, não são conclusivos. Deixaremos apenas algumas notas provisórias.

A arma mais utilizada por qualquer destes grupos era a lança, o que se compreende, já que não necessitava da destreza pedida pelo manejo da espada, mantinha o inimigo a uma distância segura e era barata. A espada, de dois gumes, lâmina direita, e nervura central, era a arma preferida pelos cavaleiros, e a que mais vezes vem citada na documentação, ao contrário do que acontece com a iconografia, onde a lança é claramente maioritária. Mas o seu uso entre as tropas regulares e irregulares vai começar a divulgar-se apenas no século XI. Em seguida, os cutelos, igualmente com várias referências. Este termo tanto pode designar uma lâmina curva de gume no lado convexo, e de dimensões mais reduzidas do que a espada, como a espada curta, de influência muçulmana: o alfange. Para Castelo Rodrigo e Alfaiates, parece ser a arma mais utilizada, ou aquela que era mais frequentemente transportada à cinta em períodos de paz. A única referência ao nome árabe encontramos-la no foral de Seia, onde são referidas a espada, a lança e o "alfangar". Os arcos representados na iconografia da época, ou muito próxima, são contracurvados, o que indica que são arcos compósitos, de grande poder de alcance e flexibilidade, embora de fraco ritmo de tiro, quando comparado com o tradicional arco simples. A documentação não nos indica o tipo de arcos, e pouco se lhe refere. Quanto à besta e aos besteiros, conhecemos a sua existência no século X, e mesmo anteriormente. Nos foros de Castelo Rodrigo encontramos uma menção ao besteiro, que deve prevenir-se com duas cordas de besta e um conjunto de 60 viotes, chamados aí "setas".

O armamento defensivo é-nos igualmente conhecido. Os cavaleiros de fronteira usavam lorigas e lorigões. Provavelmente eram de malha de ferro ou, pelo menos, de couro reforçado com metal.

Aparece igualmente referido o almofar, parte da cota de malha que cobria a cabeça, e que poderia ou não estar ligado à loriga ou ao lorigão, ou então funcionar como um capeirão ou gorro integral. Os foros de Castelo Rodrigo mostram-nos que podiam ser usados lorigas ou lorigões sem almofar. Quanto à protecção da cabeça, referem-se elmos e capelos de ferro, ou seja, capacetes com tapa-nuca, jugulares e nasais, pelo menos, e simples capacetes hemiesféricos, mais simples e mais baratos. O último elemento defensivo era, evidentemente, o escudo. Se não temos indicação do tipo de escudos, podemos pensar que seriam dos dois tipos conhecidos: o "clipeus", pequeno escudo redondo, usado sobretudo pela peonagem, e o "scutum", maior e que oferecia melhor protecção. Serão esses os "escudos com braceira", referidos, por exemplo, nos foros de Castelo Rodrigo.

Estes são, em linhas gerais, e aplicados a uma região específica, os rumos de investigação que têm estado a ser seguidos por um grupo que se tem vindo a dedicar, há já algum tempo, ao estudo dos problemas da guerra nas regiões de fronteira.

FONTES

Annales Domni Adefonsi Portugallensium Regis, ed. M. Bloker Walter em Alfons I. von Portugal. Studien zu Geschichte und Sage des Begründers der Portugiesischen Unabhängigkeit, Zúrique, 1966, págs. 151-161.

CINTRA, Luis Filipe Lindley, *A Linguagem dos Foros de Castelo Rodrigo*, reprodução fac-similada da edição de 1959, Lisboa, 1984.

Cronica de Alfonso III, ed. Zacarías García Villada, Madrid, 1918.

Crónica (Uma) Anonima de Abd al-Rahaman al-Nasir, ed. E. Lévi-Provençal e E. García-Gómez, Madrid-Granada, 1950.

Documentos Medievais Portugueses. Documentos Régios (= DMP-DR), ed. Rui de Azevedo, tomo I, Lisboa, 1958.

Gesta de D. Afonso Henriques, ed. António José Saraiva em A *Épica Medieval Portuguesa*, Lisboa, 1979, págs. 30-50.

Liber Fidei Sanctae Bracaraensis Ecclesiae, ed. Avelino de Jesus da Costa, 3 vols. Braga, 1965-1990.

Livro Preto da Sé de Coimbra, 3 vols., Coimbra, 1977-1979.

Portugaliae Monumenta Historica. Diplomata et Chartae (= PMH-DC), Lisboa, 1867.

Portugaliae Monumenta Historica. Leges et Consuetudines, vol. I, Lisboa, 1856.

Portugaliae Monumenta Historica. Scriptores, Lisboa, 1856.

ESTUDOS

BARBOSA, Pedro Gomes, "História Militar Medieval: Problemas Metodológicos" e "Mouros e Cristãos no Século X" em *Lisboa. o Tejo, a Terra e o Mar*, Lisboa, 1995, págs. 69-97.

Estado-Guerra, vol. 14 da Enciclopédia Einaudi, Lisboa, 1989.

GARCÍA DE CORTÁZAR, José Angel et al., *Organización Social del Espacio en la España Medieval. La Corona de Castilla en los Siglos VIII a XV*, Barcelona, 1985.

GUTIÉRREZ GONZÁLEZ, José Avelino, "Castillos y Sistemas de Defensa en los Reinos de León y Castilla" em *II Semana de Estudios Medievales*, Logroño, 1992, págs. 31-48.

GUTIÉRREZ GONZÁLEZ, José Avelino, *Fortificaciones y Feudalismo en el Origen y Formación del Reino Leonés*, Valladolid, 1995.

História de Portugal (dir. José Mattoso), vols. 1 e 2, Lisboa, 1992-1993.

MANZANO MORENO, Eduardo, *La Frontera de Al-Andalus en la Época Omeya*, Madrid, 1991.

MATTOSO, José, *Identificação de Um País*, 2 vols., Lisboa, 1985.

MATTOSO, José, "Os Moçárabes e "Da comunidade primitiva ao município. O exemplo de Alfaiates" em *Fragmentos de uma Composição Medieval*, Lisboa, 1987, págs. 19-48.

NICOLLE, David, *The Armies of Islam. 7th - 11th Centuries*, 10ª ed., Londres, 1992.

NICOLLE, David, *El Cid and the Reconquista*, 3ª ed., Londres, 1992.

NICOLLE, David, *Armies of the Muslim Conquest*, Londres, 1993.

RIU RIU, Manuel, "Arqueología de los Núcleos de Población en la Edad Media" em *II Semana de Estudios Medievales*, Logroño, 1992, págs. 13-29.

SÁNCHEZ-ALBORNOZ, Claudio, "Repoblación del Reino Asturleonés" em *Viejos y Nuevos Estudios sobre las Instituciones Medievales Españolas*, tomo II, 3ª ed., Madrid, págs. 579-790.

SANTA ROSA DE VITERBO, Frei Joaquim de, *Elucidário* (ed. crítica de Mário Fiúza), 2 vols., Porto, 1984.

SOLER DEL CAMPO, Álvaro, *El Armamento Medieval Hispano*, Madrid, 1987.

